

Desigualdades de gênero e a precarização das relações de trabalho

Tania Ludmila Dias Tosta¹

Introdução

As mudanças no mundo do trabalho das últimas décadas levaram a uma nova configuração do trabalho e perda dos direitos dos trabalhadores. O sistema de regulação social constituído pelo Estado para proteger o cidadão da assimetria das relações de trabalho sofreu uma desestruturação com a proliferação de novas formas de contrato sem as garantias do emprego regulamentado. O mercado passou a determinar a relação de emprego, ajustando as formas de contratação e de remuneração dos trabalhadores de modo a reduzir seus custos e aumentar o lucro (Standing, 1997; Antunes, 1999).

No Brasil a liberdade do mercado em definir a forma de contratação da força de trabalho amplia-se a partir da década de 1990, intensificando a precarização (Krein, 2007). Com isto, além dos tradicionais trabalhadores informais, cresce o número de contratações flexíveis – sem o vínculo e os direitos do emprego regulamentado - entre indivíduos que anteriormente tinham a garantia de uma melhor inserção.

O presente estudo busca compreender a evolução da precarização do trabalho no Distrito Federal e analisar como as relações de gênero contribuem para explicar as desigualdades nas formas de contratação e nas condições de trabalho na região. É neste sentido que se procura discutir o perfil de indivíduos atingidos pela precarização do trabalho, analisando a incidência da variável gênero nas formas de contratação de trabalhadores e trabalhadoras no Distrito Federal.

Metodologia

Neste trabalho a preocupação foi realizar uma análise das estatísticas do mercado de trabalho do Distrito Federal à luz da discussão a respeito dos conceitos de gênero, precarização e flexibilização. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras precários da região foi elaborado a partir dos dados das pesquisas de emprego e desemprego realizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) entre os anos de 1992 e 2006. A partir deste levantamento, estabeleceu-se uma comparação de acordo com o sexo dos trabalhadores para possibilitar uma melhor compreensão da relação entre trabalho precário e gênero.

O estudo concentrou-se nas categorias de trabalhadores em situação de vulnerabilidade (trabalhadores domésticos, os assalariados sem carteira do setor privado, os autônomos para o público e os trabalhadores não remunerados) e de contratados flexibilizados (assalariados sem registro do setor público e privado, os terceirizados e os autônomos para a empresa), de forma a quantificar os trabalhadores que não têm acesso à proteção social do emprego regulamentado. Enquanto os trabalhadores em situação de vulnerabilidade estão próximos da noção mais tradicional de informalidade, os contratados fora da modalidade padrão vinculam-se à idéia das novas formas de trabalho criadas com o processo de flexibilização a partir das mudanças estruturais no trabalho.

Resultados e Discussão

Constatou-se que a precarização do trabalho atingiu a população de forma diferenciada de acordo com o sexo. Confirmando a interação apontada por Vosko

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília.

(2006) entre trabalho precário e relações de gênero, as mulheres estão lugar “privilegiado” em termos do aumento de contratações flexibilizadas, à custa de seus direitos e de uma possibilidade de planejamento de longo prazo.

Os estudos sobre relações de gênero são fundamentais para compreender as desigualdades que se configuram não apenas no ambiente do trabalho, mas que atravessam a sociedade. O debate sobre o conceito de gênero permitiu desnaturalizar as diferenças e desvelar relações de dominação e opressão construídas socialmente. Ao focalizar mais especificamente as relações de trabalho, as desigualdades se manifestam no alto índice de desemprego, na menor formalização do emprego, nas diferenças salariais, na segregação ocupacional e nas barreiras à ascensão profissional para mulheres (Bruschini, 2007; Cappellin, 2004).

Os dados da pesquisa sobre o mercado de trabalho do Distrito Federal (Tosta, 2008) confirmam as estatísticas nacionais a respeito da desigualdade de gênero. Apesar de haver maior número de homens ocupados, a quantidade de mulheres com trabalho vulnerável é maior no Distrito Federal. Isto pode ser explicado pela grande representatividade das trabalhadoras domésticas entre as mulheres em situação de vulnerabilidade. Ao contabilizar o percentual de cada categoria em relação aos ocupados, percebe-se que 38,8% das mulheres ocupadas são trabalhadoras vulneráveis e 43,1% são contratadas dentro da modalidade padrão. Enquanto isso, apenas 24,1% dos homens ocupados são vulneráveis e 53,7% têm contrato padrão.

Analisando a variação de 1992 a 2006, entre as contratadas flexibilizadas há um aumento de quase três vezes mais que o aumento de ocupadas, enquanto as contratadas dentro da modalidade padrão apresentam um crescimento menor. A evolução dos números do sexo masculino revela-se um pouco mais discreta, repetindo-se um acréscimo maior entre os flexibilizados e menor entre os trabalhadores de contrato padrão.

Conclusão

Os dados confirmam a forte desigualdade de gênero no mercado de trabalho do Distrito Federal. Além das diferenças salariais e dos maiores índices de desemprego, a desigualdade se manifesta nas formas de contratação e nas condições de trabalho. Isto pode ser constatado no maior número de trabalhadoras em situação de vulnerabilidade e na ampliação mais acentuada das contratações precarizadas entre as mulheres.

O crescimento da precarização das relações de trabalho no Distrito Federal foi muito significativo para todos os segmentos pesquisados no período de 1992 a 2006, assumindo a liderança entre as regiões pesquisadas pelo Dieese (Tosta, 2008). No entanto, analisando o perfil dos trabalhadores precarizados, as trabalhadoras do sexo feminino apresentam um aumento ainda maior no número de contratações flexibilizadas, nas quais não se tem acesso aos direitos vinculados à relação de trabalho que constitui a noção de cidadania salarial concebida por Castel (1998).

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.

Cadernos de Pesquisa. vol. 37, n.132, São Paulo, Set./Dec., 2007.

CAPPELLIN, Paola. A igualdade das oportunidades nas relações de trabalho: a ética de reparação antecede o dever de responsabilidade. In: COSTA, Ana Alice et ali (orgs.) **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1998.

KREIN, José Dari. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil**: 1990-2005. 2007 Tese (doutorado em economia) PPGE, Unicamp, Campinas: 2007.

STANDING, Guy. Globalization, labour flexibility and insecurity: the era of market regulation. **European Journal of Industrial Relations**, vol. 3, N^o., p. 7-37, 1997.

TOSTA, Tania Ludmila Dias. **Antigas e novas formas de precarização do trabalho**: o avanço da flexibilização entre profissionais de alta escolaridade. 2008 Tese (doutorado em sociologia) PPGS, UnB, Brasília: julho de 2008.

VOSKO, Leah (ed.). Precarious employment: towards an improved understanding of labour market insecurity In: _____. **Precarious employment**: understanding labour market insecurity in Canada. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2006.

Palavras-chave: trabalho, precarização, gênero.